

O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira

Mariluci Cardoso de Vargas¹

Resumo: O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) iniciou em 1975 na cidade de São Paulo, idealizado por Terezinha Zerbini, e teve como objetivo a conscientização das entidades de classe e organizações civis sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados. O Movimento se espalhou por oito estados brasileiros (SP, BA, MG, CE, PB, RS, SE, PE), e desses núcleos aqui será estudado em especial o do estado do Rio Grande do Sul, que teve sua maior movimentação na cidade de Porto Alegre. A partir do relato da primeira presidente do movimento, a intenção é entender a formação do movimento e suas ações, e analisar as relações estabelecidas com as outras entidades e instituições para que esse diálogo coletivo mobilizasse a população civil em direção a futura conquista da redemocratização no Brasil.

O MFPA: o nascimento, a organização, os vínculos e as ações.

O Movimento Feminino pela Anistia nasceu em 1975, um ano após a posse do presidente general Ernesto Geisel que colocou em sua pauta de governo uma política de distensão para uma via democrática. Esse discurso possibilitou, ao menos, a esperança de as oposições se colocarem em cena, já que desde os atos institucionais e, mais intensamente depois da aplicação da doutrina de segurança nacional, a resistência à ditadura militar foi inviabilizada de qualquer ação.

Os últimos dez anos de regime militar (1975-1985) comprovando o longo período de negociações que foi desembocado até o retorno de um civil ao poder, são considerados então os anos da abertura política. Nesse período a primeira reivindicação a ser pontuada diz respeito à necessidade de se promulgar a lei de anistia. O MFPA foi a primeira entidade a levantar a bandeira da anistia e, de forma peculiar, contava com a mulher como articuladora. Em São Paulo Terezinha Zerbini que solidariamente, muitas vezes, abriu sua casa para abrigar de forma clandestina políticos perseguidos, mesmo depois de ter sido presa pelos militares decidiu conchamar a nação para uma mobilização em favor da anistia

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Este trabalho conta com o apoio do CNPq-Brasil.

ampla e geral. O grupo inicial de oito mulheres redigiu o manifesto que depois será de conhecimento nacional, que diz:

“Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação”.

O movimento é registrado em cartório como entidade civil, por questão de segurança, e dois meses após sua fundação em São Paulo, a pedido de Terezinha, uma militante experiente vem até o Rio Grande do Sul fazer contato com uma mulher que possa assumir a responsabilidade do núcleo estadual na capital Porto Alegre. A socióloga Lícia Peres, militante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) juntamente com seu marido Glênio Peres (liderança importante de Porto Alegre, foi vereador e vice-prefeito), aceita a missão de mobilizar o sul a aderir a causa do MFPA.

A primeira preocupação então foi como implementar o movimento em Porto Alegre e de que forma buscar a adesão. Essa tarefa foi dificultosa, porém a presidente já contava com um capital político significativo dentro do MDB e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde se graduou e atuou no movimento estudantil. Já adianta que nesse primeiro período o MFPA-RS vai moldar suas estratégias, as buscas são incertas e devem ter cautela de início, pois o momento ainda é de imenso desconforto e perigo. O MFPA-RS tem de criar o seu próprio caminho, a adesão e as formas de se engajar na política, apesar de o princípio do movimento ser um só, terão variações em cada estado.

Após a primeira aparição do manifesto pela anistia através do MFPA-RS, a presidente Lícia Peres contou com o apoio dos seus lugares mais próximos de atuação: o MDB e os estudantes da UFRGS. É importante salientar que a entidade não se colocava vinculada a nenhuma classe específica, religião ou partido político, mas isso não impedia que instituições desse tipo se filiassem e lutassem pela causa. Sendo assim o próprio MDB

sempre cedeu espaços para a divulgação das atividades do movimento. Imersas no partidário estavam duas mulheres de destaque que nas campanhas eleitorais de 1974 já subiam em palanques para falar da importância da Anistia, essas foram convidadas para fazerem parte do núcleo RS, eram: Mila Cauduro, que foi candidata a deputada; e Francisca Brizola, irmã de Leonel Brizola que estava no exílio. Somado há algumas poucas companheiras o núcleo se organizou de forma vertical: presidente, vice-presidente, tesoureiras. As atas² acusam reuniões semestrais iniciadas em julho de 1975, contabilizadas em nove até junho de 1979 (exatos dois meses antes da promulgação da Lei de Anistia). Primeiramente os encontros eram realizados na sede da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), depois uma advogada cedeu o seu próprio escritório e após isso era na casa das presidentes, em gabinetes de deputados, aí é que se constituíram as redes de apoio e sociais.

Esse trabalho era mais interno, onde se discutiam as ações políticas, a elaboração e o andamento dos documentos, etc. Mas existia o trabalho de diálogo externo também, como lembra a primeira presidente:

“Nós começamos indo a todas as instituições, visitando a OAB, visitando a Igreja, visitando as autoridades constituídas e coletando assinaturas a favor do manifesto, na rua, no supermercado, nas feiras, nós íamos a pontos de ônibus, explicando para as pessoas o que era Anistia, a importância dos companheiros viverem no Brasil...”

A primeira entidade a assinar oficialmente o manifesto foi o Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, embora o movimento estudantil estivesse extinto teoricamente pelos militares, o momento era de rearticulação. É importante pontuar que a repressão restringiu qualquer forma de atuação política em forma de reivindicação, protesto, oposição, como colocou a própria dirigente:

“Era uma ideologia que tinha como objetivo reduzir o ser humano a sua profissão, ou seja, estudante era para estudar, trabalhador era para trabalhar, não era para fazer política. Quer dizer que o ser humano, que é um ser político, não podia fazer isso. E os estudantes reagiram muitíssimo a isso”.(Lícia Peres)

² Atas de reuniões do MFPA-RS, acervo particular Lícia Peres, disponível no Acervo de Luta Contra a Ditadura-POA.

Tendo em vista que essas práticas de participação e engajamento políticos contribuem para a formação da democracia um capítulo inspirador de *La política em las calles*, Sábato (mesmo que analisando outra conjuntura) me fez refletir acerca dessa falta de cultura política que se quis instituir na população brasileira. Ao apontar as instituições da sociedade civil como constituidoras de uma esfera pública na segunda metade do século XIX (1860-1870) em Buenos Aires, a autora nos explicita bem o que significa essa cultura mobilizatória em meio a democracia, como refere:

“Al menos hasta 1890, la realización de meetings reuniones publicas y manifestaciones se consideraban en general “una práctica benéfica de las instituciones democráticas”, resultado del “uso del derecho de reunión pacífica...” establecido por la Constitución y las leyes de la República. Se entendía que se trataba de una forma habitual y deseable de expresión de opinión por parte del público urbano, que no implicaba amenaza alguna para la paz y la orden.”(SÁBATO, p.184:1998).

Os atos realizados durante os anos de MFPA jamais quiseram instalar a desordem, muito pelo contrário tinham por finalidade a união da nação, desde fossem libertos os presos políticos que foram reprimidos de suas liberdades. Especialmente durante os *Anos de Chumbo* não houve uma cultura de mobilização e recuperar essa consciência política na população foi um trabalho de anos, décadas, e de certa forma podemos perceber que esse trabalho está em voga até os dias atuais. Esses eram tempos de inutilidade do *habeas corpus*, de torturas, de mortes, de desaparecimentos, e esses casos se tornavam de conhecimento de grande parte da população, e chegavam até mesmo à imprensa internacional (ainda que a imprensa daqui estivesse sob censura). As entidades tinham o dever de mobilizar e aproveitar a idéia de liberalização política, pois, além disso, as crises internas no regime se intensificavam de forma que a crença na abertura não fosse um sonho impossível.

Comprovando que as estratégias tinham que se diferenciar de acordo com as necessidades de cada Estado, a Igreja Católica aqui do Rio Grande do Sul não aderiu a causa como fez o Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo. As lideranças do

MFPA foram até o Cardeal Dom Vicente Scherer que nem deu ouvidos aos argumentos e não apoiou o movimento, Lícia comenta sobre as dificuldades iniciais:

“Se esperava, por exemplo, falavam que o cardeal era um apoio, e aqui... nenhum. Teve um ato mesmo em que ele ameaçou de fechar a igreja, o pessoal estava fazendo um ato fora na escadaria, e ele mandou se retirar, muitas lideranças deixavam a gente esperando durante três, quatro horas e quando nos recebiam, recebiam em pé dizendo eu não posso apoiar um movimento de esquerda, de comunistas... Tinha tudo isso”.

Apesar do cardeal gaúcho não ter apoiado, isso não impediu que outras instituições de peso assinassem o manifesto. Além do DCE da UFRGS, a Ordem dos Advogados do Brasil não só aqui, mas em todo o Brasil, a Associação Riograndense de Imprensa (ARI) deu a base estrutural do movimento e no resto do país o apoio foi incondicional. Considerando que a censura ainda estava instalada nos editoriais da imprensa oficial, desse modo os jornais alternativos cumpriram literalmente um grande papel como divulgadores. Em Porto Alegre estava o *Co-Jornal*, que era produzido por cooperativas, o *Movimento* e *Versus* também acompanhavam o assunto, tinha os feministas no centro do Brasil com o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e o *Mulheril*, e como órgão oficial do Movimento nasceu o *Maria Quitéria* que foi produzido especialmente para esse diálogo.

Em 1966 teve um ato que foi reprimido violentamente por policiais militares. O último presidente civil João Goulart, que foi banido do país após ter sofrido o golpe e expulso do poder, morreu no final do ano de 1966 na Argentina, onde se encontrava exilado. O seu corpo é velado e enterrado no Rio Grande do Sul e em cima do caixão as mulheres conseguiram colocar uma faixa escrito anistia, essa imagem vai ser vista não só por brasileiros dentro da nação como foi emblemática nos jornais do exterior, de forma que os banidos pudessem perceber a força da campanha em prol deles e de outros tantos separados da sua terra. Na missa de um mês de falecimento do Jango, logo na saída uma voz plural grita pela anistia na escadaria da catedral lotada, isso faz com que 300 policiais invadissem praticamente a catedral e espantasse a população a pancadas. Essa perseguição e ameaça a quem se posicionasse “contra a ordem” não ocorria só contra a massa sem

nome, a multidão sem status. Pessoas reconhecidas socialmente também sofriam as conseqüências ao se pronunciar.

Nesse bojo a intelectualidade também foi se agregando compositores, atores e atrizes, chargistas, utilizavam os seus espaços para fazer um chamamento. Dois exemplos reafirmam essa solidariedade dos artistas com o MFPA em Porto Alegre, o primeiro foi quando uma grande atriz Ruth Escobar esteve com uma peça que representava os personagens do Henfil, um chargista brasileiro que de acordo com a realidade apropriava o texto. Segundo Lícia:

“E eu lembro que nós íamos fazer um ato (...) e eu mandei um bilhete para a Ruth, porque eu me dava muito, conhecia ela de São Paulo, ela também estava na resistência, com muitos atores, muitos diretores de teatro, e eu mandei para ela um bilhete pedindo que ela lesse uma convocação para um ato que nós íamos fazer no dia seguinte.(...) E parou o teatro e convocou. No dia seguinte(...) ela me ligou duas horas da manhã, levaram o diretor, o iluminador para a polícia federal, a pretexto que eles tinham drogas, nós fomos para lá, a Ruth botou o dedo na cara do policial, nunca vi uma mulher corajosa daquela, aí a essas alturas nós já tínhamos uma advogada do núcleo central do movimento”.

Outro episódio interessante foi quando um chargista de um jornal corrente de Porto Alegre fez um panfleto explicativo: “Porque Anistia? sua casa e seu lar...” e rodaram 100 mil para distribuírem durante a feira do livro, que era um evento de porte, onde milhares de pessoas circulavam. Muitos materiais foram produzidos em campanhas como pela volta de gaúchos presos em cárceres uruguaios e argentinos, foi o caso de Flávia Shiling e Flávio Koutzi.

Essas campanhas que geravam pelo retorno de gaúchos fez com os familiares de presos políticos, mortos e desaparecidos trabalhassem junto. Os próprios familiares estavam se organizando em uma Comissão específica para o levantamento dos casos e esses focos de resistência só iam se fortalecendo e alarmando a população ainda mais sobre a violação dos direitos humanos não divulgado oficialmente pelo governo.

Quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado em 1978, para tratar especificamente o encaminhamento do projeto de Lei da Anistia com o governo 38

entidades já tinham se colocado como apoiadoras. Daí em diante foram organizados muitos encontros das entidades envolvidas como o MFPA, o CBA, o Movimento pelos Direitos Humanos e interessados, os encontros e os dias de passeatas ocorriam em diversos estados, como Bahia, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo. O Congresso Nacional pela Anistia foi onde se promoveu a discussão final, ali ocorreram as grandes decisões para serem encaminhadas ao Senado, os movimentos preparavam suas teses e votavam no melhor projeto.

Em 1979 já com o general Figueiredo como presidente se redige o projeto de Anistia que será negociado entre os militares linha-dura e a oposição, a Lei de Anistia nº.6.683, de 28 de agosto de 1979, não será de inteiro agrado da opinião dos envolvidos, pois anistia também os torturadores e restringe os presos políticos. Toda essa negociação requereu interesses por ambas as partes, e os militares ameaçados pela pressão civil concederam a anistia, mas de uma forma que essa não abalasse ainda mais a instituição militar. A oposição, no entanto teve que aceitar, pois como bem concluiu D'ARAÚJO (et al):

“Se o principal objetivo da oposição brasileira era garantir a democratização, e sabendo que sua posição era frágil no conjunto das negociações, era fácil prever que os minimalistas aceitariam as salvaguardas propostas pelos militares mesmo contra a opinião daqueles setores da sociedade que queriam uma democratização mais acelerada”. (p.36:1995)

Concedida a Lei toda a efervescência originada dessa demanda, que além de aglutinar forças dos mais diversos segmentos da sociedade, como sindicatos, movimentos de bairros, igreja, movimentos estudantis, jornalistas, artistas, etc. nos últimos tempos as passeatas, os comícios, as manifestações, os encontros, tornaram-se uma preocupação para o regime. Resolvida a questão pressupunham os militares que o foco fosse se dispersar, mas seria possível voltar à passividade diante de tantas necessidades ainda? Conscientes disso a segunda cartada seria a volta ao pluripartidarismo, mais uma estratégia da instituição para fragmentar as esquerdas e continuarem no controle da abertura.

Os vínculos se deram em torno de uma demanda?

As assinaturas em favor da anistia coletadas das instituições e dos simpatizantes foram enviadas ao chefe da casa civil o general Golbery de Couto e Silva, ainda em 1975 em um número de 12.000 assinaturas a nível nacional, mais da metade foram coletadas no Rio Grande do Sul, demonstrando o forte trabalho que o núcleo fez em Porto Alegre e no interior gaúcho. A anistia ampla geral e irrestrita era a demanda emergencial enfatizada pelas mulheres, mas junto a essa necessidade foi possível abrir a reflexão para outras questões que também não estavam contempladas e precisariam ser instituídas com o estado de direito.

Não podemos ignorar que o ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como sendo o ano das mulheres, abrindo a década para o fim das desigualdades sexuais. A efervescência do feminismo de *Segunda Onda* preocupado com as demandas de sexualidade e com o político se deu inicialmente tanto na Europa como nos Estados Unidos. O Movimento Feminino pela Anistia não se declara como sendo feminista, e sim feminino, embora se utilizem bem do capital das feministas daqui, estabeleceram alianças com jornais feministas.

Além disso, Terezinha Zerbini compareceu no Congresso Internacional de Mulheres no México, ainda em 1975, e foi até a tribuna livre para denunciar as atrocidades aos direitos humanos que ocorriam no Brasil diante de cinco mil mulheres e da imprensa internacional (DUARTE, p.6, 2007). A força da declaração da ONU impedia que qualquer força governamental em qualquer país impedisse a organização de mulheres, e isso contribuiu para que o governo Geisel não intervisse diretamente reprimindo o MFPA.

Além dessa visibilidade pública que as mulheres estavam conquistando, e a temática do feminismo vai perpassar esse e outros movimentos no Brasil, e a questão da anistia acabou influenciando outros movimentos a elaborarem em suas pautas as reivindicações de direitos civis e políticos. Esse diálogo que foi inchando será um caminho para a redemocratização. A importância maior é que a oposição que apoiou a anistia não se satisfaria como cumprimento dessa Lei somente, mas daria fôlego para outras necessidades que não eram poucas até a abertura total.

É certo que o acúmulo de poder estava com a elite militar, mas essa também não era isenta de grandes desequilíbrios internos e enfraquecimento. Diante desses indícios a reabertura se deu em um clima de negociações, o governo não poderia perder de vista o controle do Estado e as instituições e entidades atuantes no campo político não poderiam deslizar já que conseguiram se (re)inserir no diálogo da liberalização. Esse é um dos aportes teóricos utilizados pelos organizadores do livro *Os militares e a abertura*, ao citar Moisés que reafirma: “o consenso normativo que fundamenta a cultura política é sempre um consenso sobre normas, regras de procedimento e valores compartilhados pelos diferentes grupos que formam a sociedade”.(citado em D’ARAÚJO (et al). P.23, 1995.).

O interesse em atuar nas decisões e a participação dessas mulheres certamente orquestrou mudanças práticas em suas vidas pessoais, ligados não só aos direitos políticos como a sentimentos particulares como a dignidade, pois o ser humano não vive só e precisa ser ouvido e respeitado para poder se relacionar com seus iguais. Segundo Lechner essas práticas cotidianas transformam a vida objetivamente, e a relação desses processos macro e microsociais são as tramas sociais que compõe a vida cotidiana. O autor defende que existem *culturas políticas* e que essas só são passíveis de entendimentos se as analisarmos a partir das dimensões culturais e experiências que as formam em cada conjuntura. Como sugeriu MAURO (p.16) são novos conceitos que se propõe a recuperar as culturas políticas em suas singularidades e hibridizações.

O Movimento Feminino pela Anistia certamente foi unificador das esquerdas em torno da demanda de anistia. Mas o mais importante foi como as estratégias, as práticas e as ações, utilizadas naquele contexto produziu uma mobilização a ponto de tornar uma reivindicação pontual em algo que continuou movendo muitas mulheres para lutas posteriores. O estabelecimento de uma cultura mobilizadora, em tempos onde a antidemocracia reinava, foi o passo inicial para os futuros diálogos que obrigatoriamente teriam que acontecer entre o governo e a população civil. Até 1985 e a posse do primeiro civil, felizmente, muitas conquistas se deram a partir da pressão e organização da opinião pública e muitos serão os episódios que levarão o el pueblo en la calle³.

³ Nome do capítulo 7 do livro de Hilda Sabato.

FONTES:

Entrevista cedida por Lícia Peres. Realizada em Porto Alegre, na residência da depoente, em dezembro de 2005. Acervo pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G.A. (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.328.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

LECHNER, Norbert. “Estudiar la vida cotidiana” en *Los patios interiores de la democracia*, FLACSO, Chile, 1988, pp.47-66.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: Anistia Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

MAURO, Diego. La cultura política como horizonte de tensiones inestables. *De la civic culture a las “culturas políticas”*. Por una estrategia epistemológica de la mediación en ciencias sociales (mimeo).

SÁBATO, Hilda. *La política em las calles*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1998, caps. 7,8 y 10.